



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição chilena afirma que as pessoas nascem livres em termos de dignidade e direitos e que a família é a unidade fundamental da sociedade. Além disso, refere que o Estado reconhece e protege os grupos intermediários através dos quais a sociedade se organiza e estrutura, garantindo-lhes a necessária autonomia para realizarem as suas tarefas específicas. A Constituição também afirma que a soberania reside no país e que o seu exercício é limitado pelo respeito pelos direitos humanos.

A Constituição garante a todos "...liberdade de consciência, de expressão de todas as crenças e de exercício livre de todas as crenças, desde que estas não vão contra a ética, a moral pública ou a ordem pública". Em relação às crenças religiosas, a Constituição afirma que os grupos religiosos podem construir e manter os seus templos e edifícios associados de acordo com as leis e regulamentos de saúde e segurança existentes. Os templos e edifícios associados, caso sejam usados exclusivamente para o culto, estão isentos de todos os impostos.^[1]

Da mesma forma, a Lei 19.638 de 1999, que define as Normas da Constituição Legal de Igrejas e Organizações Religiosas, prevê que nenhuma pessoa será discriminada com base nas suas crenças religiosas, nem podem ser invocadas para suprimir, restringir ou afetar o princípio da igualdade consagrado na Constituição e na lei. O Estado garante que as pessoas podem desenvolver livremente as suas atividades religiosas e protege a liberdade das Igrejas, denominações e entidades religiosas.

A lei afirma que a liberdade religiosa e a liberdade de culto, autonomamente e livres de qualquer coerção, implicam para todos, como mínimo, o direito a professar ou não professar crenças religiosas escolhidas livremente; o direito a manifestar essas crenças livremente ou a restringir-se de o fazer; o direito a alterar ou abandonar a fé professada; o direito a praticar em público ou em privado, individual ou coletivamente, atos de oração ou culto; o direito a celebrar dias santos e rituais; e o direito a não ser obrigado a realizar atos de culto ou a receber assistência religiosa contrária às próprias convicções. A lei também refere que as pessoas podem receber e transmitir instrução ou formação religiosa por qualquer meio, e a reunir ou associar-se publicamente para fins religiosos.^[2]

INCIDENTES

Em julho de 2014, uma proposta de lei foi apresentada ao Congresso Nacional do Chile para alterar a Lei n.º 20.000 com

[1] <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=242302> (acessado em 4 de Março de 2016)

[2] <http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=145268> (acessado em 4 de Março de 2016)

o objetivo de descriminalizar o cultivo, colheita e posse de maconha por motivos pessoais, espirituais ou terapêuticos.^[3]

Em setembro de 2014, uma proposta de alteração da Constituição foi apresentada ao Congresso para requerer que o Estado e os seus agentes disponibilizem igual tratamento às diferentes Igrejas do Chile, bem como protejam a objeção de consciência.^[4]

Em novembro de 2014 foi introduzida uma proposta de lei no Congresso para acrescentar um novo parágrafo após o artigo 19.6 da Constituição, que diz o seguinte: “Todas as Igrejas, religiões e crenças gozam de igual tratamento por parte do Estado e dos seus agentes, pois a liberdade de expressão das suas convicções não pode ser limitada seja de que maneira for. Todos têm também o direito à objeção de consciência para com qualquer religião específica que possa violar a sua liberdade de crença.”^[5]

Em outubro de 2014, o Tribunal de Recurso em Concepción confirmou uma decisão contra uma escola católica por discriminar um aluno que não foi autorizado a registrar-se novamente por causa do estado civil da sua mãe.^[6]

Em novembro de 2014, após consultas sobre a implementação do Decreto Supremo n.º 924 de 1983 que regulamenta as aulas de religião, o Ministério da Educação emitiu um aviso para especificar que as escolas podem disponibilizar aulas de religião opcionais e que os pais podem decidir se os seus filhos se envolvem nelas quando estão na escola primária, podendo os próprios alunos decidir quando estão no ensino secundário. O aviso afirma também que, no caso das escolas religiosas, a vontade dos pais deve ser respeitada se pedirem por escrito que os seus filhos fiquem isentos de instrução religiosa, mesmo que originalmente tenham escolhido aquela escola específica. Subsequentemente, em dezembro de 2014, o Ministério emitiu um aviso para retirar a disposição de que os pais podem decidir nas escolas primárias e os alunos nas escolas secundárias. Isto levou a várias reações, incluindo objeções legais de um professor de direito que é presidente nacional da Federação de Escolas Privadas.^[7]

Em dezembro de 2014, foi apresentada ao Congresso uma proposta de lei em relação à proteção da liberdade religiosa, para alterar o artigo 18º do Código Penal de modo a garantir danos morais para vítimas e seus familiares, em caso de ofensas no âmbito da Lei n.º 20.357, como por exemplo, entre

outros, crimes contra a humanidade, genocídio e crimes de guerra.^[8]

Em dezembro de 2014, foi apresentada ao Congresso uma proposta de lei para alterar a Lei n.º 19.496 de modo a penalizar qualquer tipo de publicidade que contenha conteúdo racista ou discriminatório “... baseado na raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou qualquer outro estatuto.”^[9]

Em Dezembro de 2014, o Tribunal de Recurso em Santiago confirmou o pedido de um ministro branhamita contra uma proibição emitida pelo Ministério do Interior e Segurança Pública impedindo-o de entrar em território chileno.^[10]

Em janeiro de 2015, o Governo apresentou ao Congresso uma proposta de lei para descriminalizar o aborto em três situações.^[11]

Em março de 2016, a Câmara dos Deputados aprovou por sessenta e seis votos contra quarenta e quatro a proposta de descriminalização do aborto em três situações, apresentada pelo Governo da Presidente Bachelet. A lei inclui disposições para a objeção de consciência para os médicos que se recusam a realizar o aborto. A proposta de lei aguarda aprovação por parte do Senado.^[12]

Em Março de 2016, o Comitê Permanente da Conferência Episcopal Católica do Chile enviou uma mensagem aos Católicos e ao povo do Chile relacionada com a aprovação da lei a favor do aborto por parte da Câmara dos Deputados. A mensagem dizia: “Enquanto governos e autoridades, demasiado legisladores a favor do aborto, discutem várias formas de salvaguardar a ‘casa comum’ da humanidade”, lembramos a declaração do Papa Francisco, que diz que o aborto “não é compatível com a defesa da natureza...”^[13]

Em 2014, três igrejas católicas foram atacadas: o Santuário de Lurdes em Santiago; o Santuário de Santa Bárbara na região de Araucanía; e a Paróquia de Nossa Senhora da Misericórdia em Los Castaños, Santiago. Imagens sagradas de Cristo, de São Sebastião e da Virgem Maria foram danificadas nestes ataques, tal como uma parte das instalações. Em 2015, foi relatado um ataque a uma imagem de Maria na Diocese de Villarrica. Em 2016, aumentaram os ataques contra locais de

[3] http://boletinlegislativo.bcn.cl/proyectos_boletin.shtml?id_boletin=229 (acessado em 31 de Março de 2016)

[4] <http://www.senado.cl/presidenta-del-senado-asiste-a-te-deum-evangelico/prontus-senado/2014-09-15/111322.html> (acessado em 31 de Março de 2016)

[5] <http://congresoabierto.cl/proyectos/9716-07> (acessado em 31 de Março de 2016)

[6] <http://radio.uchile.cl/2014/10/31/corte-de-apelaciones-de-concepcion-confirma-condena-a-colegio-por-vulnerar-ley-zamudio> (acessado em 4 de Abril de 2016)

[7] <http://derechoyreligion.uc.cl/es/docman/documentacion/chile/normas-juridicas-1/normas-reglamentarias/302-oficio-nd-051007-de-la-division-de-educacion-general-ministerio-de-educacion/file> (acessado em 30 de Março de 2016)

[8] <http://app.vlex.com/#vid/570385338> (acessado em 4 de Abril de 2016)

[9] http://www.senado.cl/appsenado/templates/tramitacion/index.php?boletin_ini=9804-03 (acessado em 4 de Abril de 2016)

[10] <http://www.diarioconstitucional.cl/noticias/accion-de-proteccion/2015/01/11/cs-confirma-sentencia-y-acoge-amparo-en-favor-de-ministro-de-culto-que-pretendia-ingresar-a-territorio-nacional/> (acessado em 4 de Abril de 2016)

[11] <http://www.latercera.com/noticia/politica/2015/01/674-615019-9-presidenta-bachelet-presenta-proyecto-sobre-despenalizacion-del-aborto.shtml> (acessado em 4 de Abril de 2016)

[12] <http://www.cnnchile.cl/noticia/2016/03/17/diputados-despacharon-proyecto-de-despenalizacion-del-aborto-en-tres-causales> (acessado em 25 de Março de 2016)

[13] http://documentos.iglesia.cl/conf/documentos_sini.ficha.php?mod=documentos_sini&id=4405&sw_volver=yes&descripcion= (acessado em 25 de Março de 2016)

culto. Estes incluem uma igreja católica em Santiago, oito igrejas na região de Araucanía, quatro capelas católicas e três igrejas evangélicas. Os ataques em Araucanía estão relacionados com reivindicações de terras pelos Mapuche, um povo indígena, que estão alimentando um clima de insegurança com ataques a estradas, caminhões e residências privadas, e slogans a favor da “causa dos Mapuche”. No entanto, outras pessoas alegam que quem está por detrás dos ataques e bombardeios são grupos externos que se apropriaram da causa dos Mapuche, sobretudo tendo em conta que esta comunidade é predominantemente cristã.^[14]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Embora a coexistência pacífica defina a liberdade religiosa no Chile, os ataques a igrejas cristãs aumentaram significativamente durante o período abrangido por este relatório. A maior parte destes ataques ocorreram em Araucanía, uma região no sul do Chile que está passando por um período particularmente inseguro por causa de conflitos de terras reivindicadas pelo povo Mapuche. No entanto, parece que alguns destes grupos violentos ou extremistas se apropriaram da causa dos Mapuche e não representam as aspirações legítimas destes. As autoridades religiosas indicaram que o incêndio de templos é uma prova de que a Igreja Católica e a liberdade religiosa de culto estão a ser atacadas. Daí que a anterior atmosfera de coexistência religiosa pacífica se esteja deteriorando. Espera-se que continuem os ataques a templos religiosos e lugares sagrados. Por isso, as perspectivas são sombrias, afetando negativamente a liberdade de culto e a liberdade religiosa.

[14] <https://www.aciprensa.com/noticias/atacan-con-bombas-molotovs-santuario-de-la-virgen-de-lourdes-en-santiago-58796/1/> (acessado em 30 de Março de 2016); [http://www.biobiochile.cl/2014/09/30/concejo-municipal-tomara-acciones-legales-tras-destruccion-de-santuario-catolico-en-santa-barbara.shtml?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+radiobiobio+\(Bio-Bio+Noticias\)](http://www.biobiochile.cl/2014/09/30/concejo-municipal-tomara-acciones-legales-tras-destruccion-de-santuario-catolico-en-santa-barbara.shtml?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+radiobiobio+(Bio-Bio+Noticias)) (acessado em 5 de Março de 2016); <https://www.aciprensa.com/noticias/etiquetas/ataque-a-objetos-religiosos/> (acessado em 30 de Março de 2016); <https://www.aciprensa.com/noticias/desconocidos-atacan-a-la-virgen-de-lourdes-en-chile-65931/> (acessado em 30 de Junho de 2016); <https://www.aciprensa.com/noticias/desconocidos-atacan-imagen-de-la-virgen-maria-en-chile-31703/> (acessado em 5 de Março de 2016); <http://www.cnnchile.com/noticia/2016/03/08/ataque-incendio-afecto-a-vivienda-e-iglesia-en-vilcun> (acessado em 25 de Março de 2016); <http://www.latercera.com/noticia/nacional/2016/03/680-672294-9-ix-region-intendente-denuncia-siete-ataques-a-templos-religiosos.shtml> (acessado em 30 de Março de 2016); <http://www.emol.com/noticias/Nacional/2016/03/17/793444/Obispo-de-Villarrica-acusa-ataque-a-libertad-de-culto-y-percibe-terror-en-victimas-de-violencia.html> (acessado em 31 de Março de 2016); <http://impresa.elmercurio.com/pages/newsdetail.aspx?dt=2016-04-01&Paginald=5&BodyID=3&tipoPantalla=undefined> (acessado em 4 de Abril de 2016)